CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699



Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

TCE vai monitorar ações do Plano Estadual de Educação



O Tribunal de Contas do Estado de Goiás vai incluir no Plano de Fiscalização o monitoramento das ações visando o cumprimento do Plano Estadual de Educação em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). O TCE também aprovou plano de ação da Secretaria de Estado da Educação, relativo às recomendações feitas pela Corte conforme Relatório de Acompanhamento nº 1/2017. O acórdão, aprovado na última quarta-feira, foi relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota (foto). Ele atendeu a sugestão da unidade técnica do Tribunal para que seja feito um novo acompanhamento tendo como base a apresentação do Plano de Ação pela jurisdicionada, com ações a serem implementadas até 2025, relativas à implementação do Plano Estadual de Educação (PEE), bem como verificar a estruturação e atuação da Secretaria de Estado de Educação para possibilitar a implementação do PEE no âmbito da educação em Goiás. Tais ações abrangem desde a estruturação da Coordenação do PEE na Seduc, a definição de metodologia de trabalho, até o estabelecimento de rotinas para monitoramento e acompanhamento das ações executadas. Entre as metas, estão universalizar o acesso ao ensino para crianças de 4 a 5 anos de idade, garantir aos alunos de 4 a 17 anos, com algum tipo de deficiência, acesso à educação básica e ao atendimento especializado e também reduzir em 50 % a taxa de analfabetismo funcional.

ALEGO

Divulgação / São Martinho

Relatório da CPI dos Incentivos Fiscais deve ser apresentado este mês



Um dos projetos impõe mudanças na lei que concede incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro, área responsável pela produção do açúcar, do álcool e de outros derivados da cana-de-açúcar

Andamento do inquérito será feito em conjunto com outros órgãos do Estado

Gustavo Martins
Estagiário supervisionado pelo editor Jorge Borges

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), deputado Humberto Aidar (MDB), deu andamento ao inquérito que investiga possíveis irregularidades da concessão de incentivos fiscais em Goiás e relatório deve ser apresentado ainda este mês. Prestes a completar um ano de instauração, a Comissão teve sua máxima no segundo semestre de 2019, quando a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou três projetos originários da pasta.

O documento deverá ser apresentado assim que as atividades parlamentares da Alego voltarem à normalidade após o recesso, como assegurou o deputado. "A minha tentativa é que assim que voltarmos do recesso eu apresente o relatório para que ele seja votado", disse Aidar, que afirmou acreditar que este "seja o período mais difícil da CPI".

Mesmo com o intervalo das atividades no final de ano, o legislador se mostrou empenhado em dar sequência às investigações para produzir o relatório. Aidar, o corpo técnico da Assembleia, do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria da Economia continuaram os trabalhos mesmo com o recesso dos parlamentares. "Trabalhamos dezembro e janeiro todo para tentar, assim que retornar as atividades na Assembleia, estar com o relatório pronto para ser votado na Comissão."

Projetos

Assim que se iniciaram as atividades da CPI, no começo de 2019, Humberto Aidar identificou os problemas na concessão de incentivos fiscais, o que levou o parlamentar a propor projetos para corrigir as distorções encontradas durante o andamento da comissão. O deputado apresentou sete projetos à Casa de Leis. Três deles já foram, inclusive, sancionados pelo Executivo, outros três estão em fase final de tramitação e um foi vetado pela Alego. De acordo com os textos dos projetos, as propostas têm como foco a proteção do interesse público diante de possíveis infrações.

Uma das leis sancionadas por Ronaldo Caiado (DEM) se refere à concessão de incentivos fiscais pelo Estado de Goiás a grupos econômicos. A nova legislação prevê que o benefício fiscal agora está condicionado à geração mínima de 2 mil empregos e ao recolhimento de carga tributária efetiva de pelo menos 2%. "Com essa lei de minha autoria, o Estado passa a ter um incremento de receita em cerca de R$ 140 milhões já neste ano", salientou o deputado.

Outra mudança implementada também no ano passado, a partir da iniciativa do relator, foi um projeto que impõe mudanças na lei que concede incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro, área da agroindústria responsável pela produção do açúcar, do álcool e de outros derivados da cana-de-açúcar. Apesar de algumas mudanças no decorrer da tramitação, a nova lei, segundo Humberto Aidar, garante mais equilíbrio, pois obriga as indústrias a darem algumas contrapartidas ao Estado.

Também está ligado à CPI o projeto que põe fim ao crédito moeda. Na prática, essa era uma ferramenta utilizada por empresas que recebiam o benefício fiscal para trocar por dinheiro, por meio da venda de créditos permitidos para outras instituições, sem precisar dar contrapartida aos cofres públicos. A lei foi sancionada em novembro de 2019.